



Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2023 - Informativo



Assembleia Legislativa do
Estado de Pernambuco
A Casa de Todos os Pernambucanos

No presente informativo, é analisado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2023. Os valores disponibilizados encontram-se atualizados até agosto de 2022 pelo IPCA.

Orçamento fiscal e de investimentos

O orçamento total trazido pelo PLOA 2023 tem um valor 8,6% menor que o da peça orçamentária de 2022, considerando a inflação no período. Dessa forma, o **orçamento fiscal** para 2023 está aproximadamente R\$ 4,1 bilhões menor, enquanto o **orçamento de investimento** das estatais foi reduzido em cerca de R\$ 155,2 milhões.

Nota-se, ainda, que o orçamento total trazido pelo PLOA 2023 é o menor dos últimos quatro exercícios.

Tabela 1 – Orçamento fiscal e de investimento das estatais

Em R\$ milhões

PLOA	Orçamento fiscal	Orçamento de investimento das empresas estatais	Total	Evolução em relação ao ano anterior (%)
2017	39.593,85	1.558,82	41.152,67	-6,6%
2018	41.120,98	1.627,45	42.748,42	3,9%
2019	43.366,62	1.161,48	44.528,09	4,2%
2020	44.763,70	1.205,60	45.969,29	3,2%
2021	44.627,86	1.326,32	45.954,18	-0,03%
2022	47.895,67	1.491,30	49.386,97	7,5%
2023	43.804,43	1.336,12	45.140,54	-8,6%

Fonte: PLOAs 2017 a 2023. Dados atualizados pelo IPCA.

Investimento por empresa estatal

A peça orçamentária referente às empresas estatais prevê uma redução de 10,4% nos **investimentos**, em relação ao projeto apresentado em 2022.

Destacam-se, na tabela abaixo, as quedas de 51,3% e de 50,2% no orçamento estimado para investimentos do Porto do Recife e da Cepe, respectivamente, entre 2022 e 2023.

A Compesa se destaca como a estatal com orçamento mais volumoso, representando 81,1% de todo o valor previsto para investimentos das empresas estatais.

Tabela 2 – Total de investimentos por empresa estatal

Em R\$ milhares

Empresa Estatal	PLOA 2022	PLOA 2023	Varição 2023/2022	Participação relativa PLOA 2023
Compesa	1.147.525	1.082.941	-5,6%	81,1%
Suape	103.162	76.539	-25,8%	5,7%
Adepe	50.535	52.541	4,0%	3,9%
Copergás	52.509	46.566	-11,3%	3,5%
Lafepe	20.316	19.619	-3,4%	1,5%
Porto do Recife	115.406	56.260	-51,3%	4,2%
Cepe	1.305	650	-50,2%	0,0%
Age	544	1.000	83,9%	0,1%
TOTAL	1.491.302	1.336.116	-10,4%	100,0%

Fonte: PLOAs 2022 e 2023. Dados atualizados pelo IPCA.

ICMS e FPE

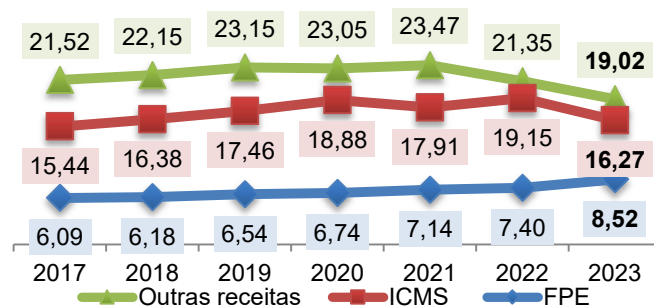
Cumprir examinar o comportamento da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (**FPE**), do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e da soma de todas as demais receitas orçamentárias, deduzidas as transferências ao Fundeb.

Comparado ao PLOA 2022, o PLOA 2023 prevê diminuição na arrecadação do ICMS (-15,0%). Por outro lado, há previsão de incremento de 15,1% da cota do FPE. As demais receitas devem cair 10,9%.

No total, observa-se uma queda das receitas previstas para o próximo ano, equivalente a 8,5%.

Gráfico 1 – Evolução das receitas estimadas de ICMS e FPE

Em R\$ bilhões



Fonte: PLOAs 2017 a 2023. Dados atualizados pelo IPCA.

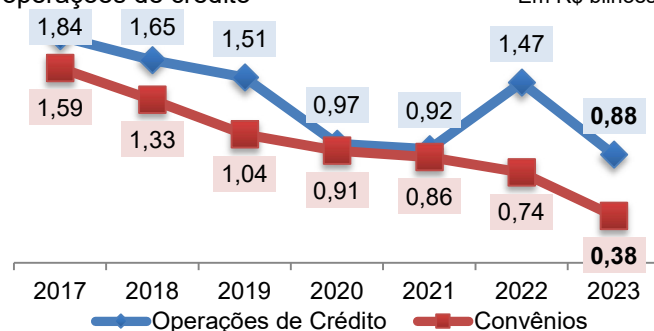
Convênios e operações de crédito

Para efetuar investimentos, o estado de Pernambuco pode financiar-se com a contratação de **operações de crédito** (em sua maioria, empréstimos bancários) ou receber recursos de transferências da União por meio de **convênios**.

Nos últimos anos, as leis orçamentárias estaduais previram cada vez menos recursos dessas duas fontes, dificultando a realização de investimentos no setor público. Após uma leve recuperação da previsão de operações de crédito em 2022 (que saltou de R\$ 923,7 milhões para R\$ 1,47 bilhão), estima-se uma queda de 40,0% nessa arrecadação em 2023. Quanto aos convênios previstos, observa-se uma nova redução, equivalente a 48,3%.

Gráfico 2 – Receitas estimadas de convênios e operações de crédito

Em R\$ bilhões



Fonte: PLOAs 2017 a 2023. Dados atualizados pelo IPCA.

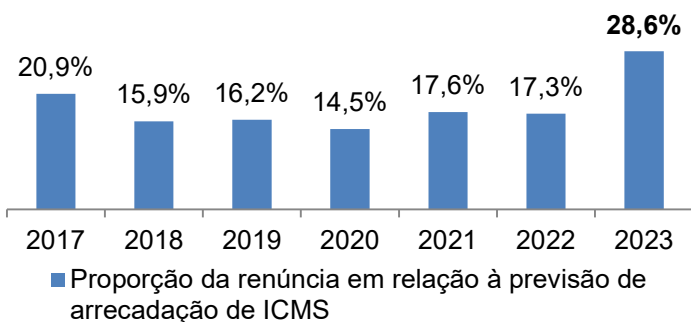
Estimativa da renúncia de receita

O PLOA 2023 apresenta anexo contendo demonstrativo da estimativa e compensação da **renúncia de receita**. Tais operações de renúncia consistem em benefícios fiscais do ICMS, principalmente na forma de créditos presumidos e reduções de base de cálculo.

O valor estimado engloba programas de incentivo aos setores portuário, calçadista, automotivo, industrial, central de distribuição e comercial atacadista.

Da análise do PLOA 2023, verifica-se que a renúncia estimada se manteve relativamente estável entre 2018 e 2022. Contudo, para o próximo exercício, o valor estimado passará de 17,3% (2022) para 28,6% da previsão de arrecadação total de ICMS. Esse aumento pode ser explicado pela queda de 15,0% no montante previsto de arrecadação do imposto e pelos aumentos de 111,1% e de 221,4% dos valores de renúncia estimada para o Prodeauto e para o Proind, respectivamente.

Gráfico 3 – Estimativa da renúncia de receitas (% do ICMS)



Fonte: PLOAs 2017 a 2023.

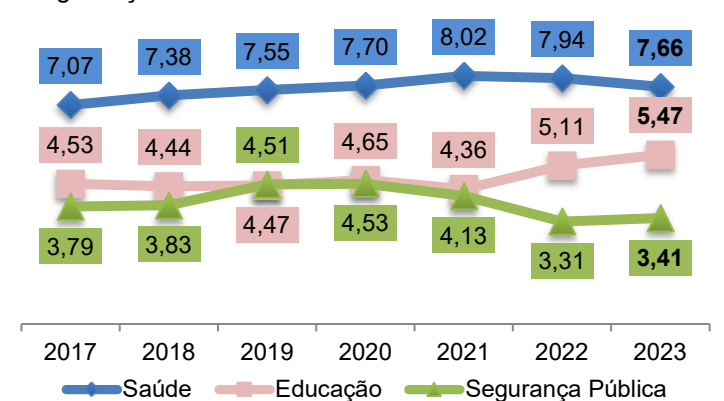
Educação, saúde e segurança

É importante analisar as despesas autorizadas pelo PLOA 2023 destinadas às principais funções governamentais: **educação, saúde e segurança pública**, comparando-as com as leis orçamentárias de anos recentes.

O gráfico revela que, dentre as três funções, a educação e a segurança pública apresentam aumento nas despesas previstas em relação ao ano de 2022, enquanto a saúde contém redução em termos reais:

- Educação: + 6,9%
- Saúde: - 3,5%
- Segurança Pública: + 3,1%

Gráfico 4 – Evolução das despesas com saúde, educação e segurança



Fonte: PLOAs 2017 a 2023. Dados atualizados pelo IPCA.

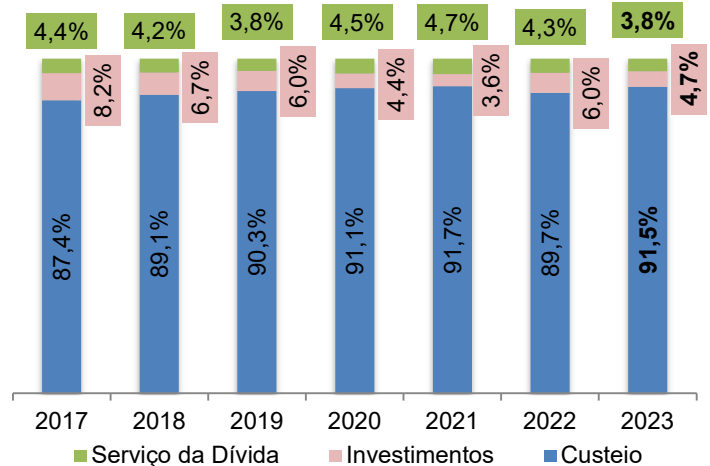
Custeio, investimentos e serviço da dívida

O PLOA 2023 segrega as despesas fixadas por **natureza**. Por meio dessa classificação, é possível saber qual o percentual do orçamento que será destinado a:

- Custeio (pessoal + outras despesas correntes);
- Investimentos (investimentos + inversões financeiras)
- Serviço da dívida (juros + amortização).

O gráfico demonstra que a participação dos investimentos no total das despesas deve sofrer uma queda (de 6,0% para 4,7%) em relação ao ano passado, enquanto a parcela destinada aos gastos com custeio crescerá cerca de 2 pontos percentuais. Já os dispêndios com o serviço da dívida devem recuar de 4,3% para 3,8%, menor patamar da série histórica juntamente com o exercício de 2019.

Gráfico 5 – Evolução das despesas por natureza



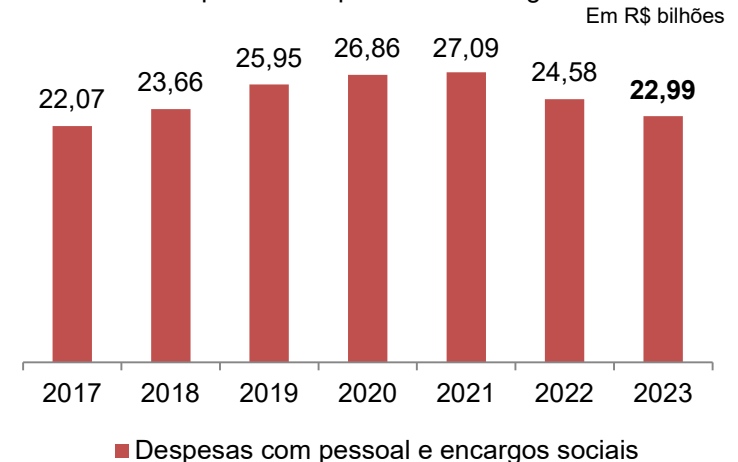
Fonte: PLOAs 2017 a 2023.

Pessoal e encargos sociais

Os dispêndios com **pessoal e encargos sociais** são, potencialmente, o tipo de gasto que mais afeta a saúde fiscal dos entes públicos. Eles são considerados despesas obrigatórias de caráter continuado.

Em termos reais, o PLOA 2023 prevê uma redução dos gastos com pessoal e encargos sociais de 6,5% com relação ao PLOA 2022, o que representa o menor valor desde 2018.

Gráfico 6 – Despesas com pessoal e encargos sociais



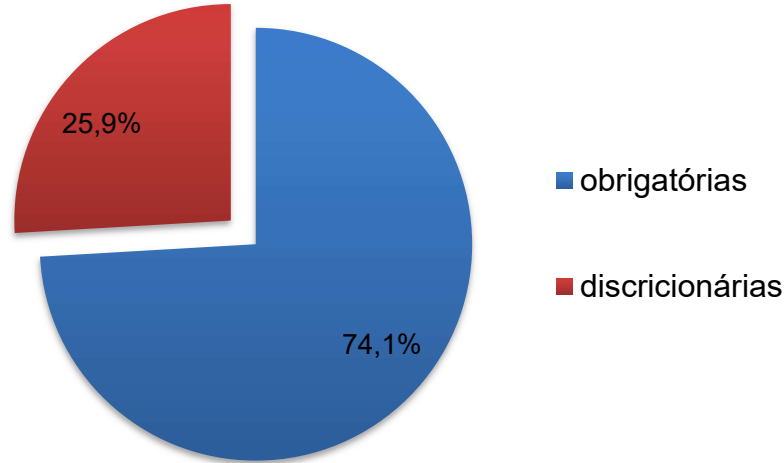
Fonte: PLOAs 2017 a 2023. Dados atualizados pelo IPCA.

Despesas Obrigatórias e Discricionárias Fixadas no PLOA 2023

No orçamento público estadual, não existe uma classificação das despesas que as define como sendo de execução obrigatória (aquelas que, por força de regra legal ou constitucional, não podem ser contingenciadas) ou discricionária (aquelas que o Estado pode deixar de efetuar). Assim, para segregar os gastos neste informativo, foram consideradas despesas discricionárias aquelas que poderão sofrer limitação de empenho, ou seja, que, segundo o artigo 18 da LDO 2023, poderão sofrer cortes caso seja necessário readequar o orçamento diante de eventuais dificuldades no alcance das metas fiscais.

O resultado dessa divisão pode ser observado na sequência:

Gráfico 7 – Despesas obrigatórias e discricionárias fixadas no PLOA 2023



Fonte: PLOA 2023.

Observa-se, a partir do gráfico, que o Estado tem pouca margem para redefinir ou reduzir seus gastos, tendo em vista que a maior parte das suas despesas (74,1%) não pode deixar de ser executada.

Orçamento dos Poderes

Além do Governo Estadual (Poder Executivo), participam do Orçamento Público o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública. A participação de cada um desses Poderes ou Órgãos Autônomos pode ser observada no Projeto de Lei Orçamentária de cada exercício.

Além disso, comparando-se com o PLOA 2022, é possível observar quais poderes foram mais beneficiados com acréscimos de dotação para 2023. Para esse efeito comparativo, foram desconsideradas as dotações com fontes de recursos vinculadas, de convênios, de operações de crédito, de alienação de bens e de fundos específicos. O resultado pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 3 – Orçamento do Poderes e Órgãos Autônomos

Em R\$ milhões

Poder / Órgão	PLOA 2022	PLOA 2023	Varição 2023/2022
Tribunal de Justiça	1.706.853	2.025.436	18,7%
Ministério Público	634.284	745.946	17,6%
Assembleia Legislativa	651.386	742.089	13,9%
Tribunal de Contas	487.738	600.806	23,2%
Defensoria Pública	210.699	216.485	2,7%

Fonte: PLOAs 2022 e 2023.

O quadro acima demonstra que o Tribunal de Contas foi o órgão mais beneficiado com o aumento da dotação orçamentária para 2023 (23,18%), seguido pelo Tribunal de Justiça (18,7%), Ministério Público (17,6%), Assembleia Legislativa (13,9%) e Defensoria Pública (2,7%).